



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO

Concurso Público N.º 02/2025

Edital N.º 01/2025

Caderno de Provas

ATENÇÃO: SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

CONTROLADOR AUDITOR

PROVA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Matemática	11 a 15
Conhecimentos Gerais	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 40

INSTRUÇÕES GERAIS

- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro caderno de provas ao fiscal de sala.
- Este caderno contém as provas objetivas, com 40 questões que apresentam quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta.
- Responda as questões no caderno de provas e marque, no Cartão-Resposta, as letras correspondentes às respostas assinaladas no caderno de provas.
- No cartão, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, dentro dos seus limites e sem rasuras.
- O Cartão-Resposta da prova objetiva é personalizado e não haverá substituição, em caso de erro. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se houver erros, notifique o fiscal de sala.
- O tempo de duração das provas é de 3 horas, a partir do sinal de início, já incluídos nesse tempo a abertura do pacote de provas, a distribuição do material, a leitura dos avisos e a marcação do Cartão-Resposta.
- Você deverá permanecer na sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e só poderá levar este caderno durante os últimos 30 minutos que antecedem o final estipulado para a prova.
- Reserve, no mínimo, os 20 minutos finais para o preenchimento do Cartão-Resposta. Não será concedido tempo adicional para completar o seu preenchimento.
- Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de provas e serão liberados, apenas, após o último candidato entregar o seu cartão resposta e os três assinarem o relatório de sala.
- Ao terminar, devolva ao aplicador, separadamente, o Caderno de Provas e o Cartão-Resposta.



FUNDAÇÃO AROEIRA

TEXTO 01

Calar, responder no mesmo tom ou revelar as coisas pequenas?

Fim das festas, enfim. Imagino que seus encontros com a família, colegas e comidas fartas tenham feito emergir o tema do autocontrole. Exemplo: ouvir coisas difíceis e não responder imediatamente pelo bem da harmonia do lar e do emprego. Ver muita comida e bebida e ingerir só o suficiente. Driblar o cansaço do final do ano (...). Continuar “fazendo social” além do momento de esgotar a bateria familiar.(...) Avançar com a vida sem deixar vítimas pelo caminho e sempre pensando que o cadáver simbólico pode ser você. (...) Basicamente, isso dominou o final de ano de muitos.

Autocontrole é louvado pela Bíblia. () No Novo Testamento, são exaltados os pacificadores, os mansos e humildes de coração, virtudes identificadas no Sermão da Montanha de Mateus. (...) Perdoe agressores como Jesus pendurado ao madeiro. Afinal, eles “não sabem o que fazem”.() Ao encontrar alguém abalado e instável, você é desafiado a responder se a paz lhe pertence ou não. Se ela for do outro, ele a toma; se sua permanece. Para os tipos coléricos, exiba sua paz inabalável. Controlar-se é ser livre. (...) Você se arrepende se sua boca ou seu corpo acompanharem a explosão negativa que a situação causou em você. Você tem emprego e casamento porque aprendeu a se calar. A arte de engolir sapos é pura estratégia. Vivemos outro momento cultural. Bons psicólogos recomendam que você se expresse sobre aquilo que lhe agride. (...) Muita gente se orgulha de ter redescoberto a lei do Talião e de se vingar a partir de olho por olho, dente por dente. (...) Viramos pessoas que consideram o silêncio como uma capitulação.

Calar sempre? Responder no mesmo tom? Não tenho uma resposta clara, pois já me arrependi de calar e de gritar. Eu darei uma solução subjetiva: revelar a maioria das coisas pequenas. (...) Boa postura costuma ser muito forte como argumento. Como saber a diferença? Complexo, mas possível. Permita-se alguns segundos de reflexão antes de reagir. Treine, especialmente antes de um evento desafiador. (...) Acho que isso pode ajudar a tornar 2026 mais sábio, sem epiderme ao vento e sem couro de jacaré. Lembrando o peso da metáfora: jacarés têm o ventre macio e o mantêm sob a água, escondido; possuem a couraça superior quase impenetrável e a exibem ao mundo. Segundo a crença popular, “em rio com piranhas, jacaré nada de costas”. Tenho a esperança de aprender a viver em nado de peito, costas e borboleta, dependendo da fauna da água. Bom 2026 para mamíferos fofos e répteis astutos.

(<https://www.estadao.com.br/cultura/leandro/karnal/calar-responder-no-mesmo-tom-ou-revelar-as-coisas-pequenas/texto> adaptado. Acesso em 03 fev. 2026).

QUESTÃO 01

Considere a leitura integral do texto “Calar, responder no mesmo tom ou revelar as coisas pequenas?” e analise as afirmações a seguir sobre ele:

- I. Enquanto gênero textual, o texto caracteriza-se como artigo de opinião.
- II. A estrutura composicional desse texto tem um tom persuasivo, injuntivo.
- III. Predomina no texto o nível de linguagem padrão da língua portuguesa.
- IV. O autor usa argumentos controversos para defender uma posição sobre o tema.

Marque a alternativa correta:

- A () I e II apenas.
- B () I, II e III apenas.
- C () II, III e IV apenas.
- D () I, II, III e IV.

QUESTÃO 02

Leia, atentamente, o texto, considere os elementos de comunicação enfatizados na sua construção e marque a alternativa que apresenta as funções de linguagem predominantes nele:

- A () conativa, poética, referencial, fática.
- B () fática, poética, informativa, apelativa.
- C () metalinguística, denotativa, emotiva, fática.
- D () apelativa, expressiva, referencial, metalinguística.

QUESTÃO 03

Observe o fragmento: “(...) Sua paz lhe pertence”. Sobre a regência do verbo “pertence”, neste contexto, marque a alternativa correta:

- A () intransitivo.
- B () bitransitivo.
- C () transitivo direto.
- D () transitivo indireto.

QUESTÃO 04

Considere a frase: “O jantar estava ótimo”. Marque a alternativa que apresenta o processo de formação da palavra “jantar” nesse contexto:

- A () derivação imprópria.
- B () derivação prefixal.
- C () derivação sufixal.
- D () derivação regressiva.

QUESTÃO 05

Considere a palavra “harmonia” e marque a alternativa que apresenta o número de letras e o número de fonemas na sua formação:

- A () 8 letras e 8 fonemas.
- B () 8 letras e 6 fonemas.
- C () 8 letras e 5 fonemas.
- D () 8 letras e 7 fonemas.

QUESTÃO 06

Análise as palavras abaixo e marque a alternativa que apresentar um tritongo, um ditongo crescente, um ditongo decrescente e um hiato respectivamente:

- A () quaisquer, família, cordeiro, magoado.
- B () macio, fauna, superior, pessoas.
- C () porque, estratégia, sua, coisas.
- D () baixar, coração, Mateus, suficiente.

QUESTÃO 07

Observe as alternativas e marque aquela na qual todas as palavras são acentuadas pela mesma regra de acentuação gráfica:

- A () répteis, cadáver, possível, saúde.
- B () impenetrável, jacaré, Bíblia, além.
- C () vulnerável, instável, possível, inabalável.
- D () inabalável, metáfora, está, difíceis.

QUESTÃO 08

Considere a oração: “Eu darei uma solução subjetiva”.

Marque a alternativa que apresenta a classe gramatical das palavras nessa oração respectivamente:

- A () pronome, verbo, artigo, substantivo, adjetivo.
- B () conjunção, verbo, numeral, substantivo, advérbio.
- C () pronome, verbo, conjunção, substantivo, advérbio.
- D () conjunção, advérbio, numeral, substantivo, advérbio.

QUESTÃO 09

Análise o fragmento: “Basicamente, isso dominou o final do ano de muitos”. Os vocábulos “basicamente” e “isso”, nesse contexto, exercem a função sintática de:

- A () aposto, pronome possessivo.
- B () vocativo, pronome possessivo.
- C () advérbio, pronome demonstrativo.
- D () aposto, pronome pessoal.

QUESTÃO 10

Considere o título do texto: “Calar, responder no mesmo tom ou revelar as coisas pequenas?” Esse título é formado por um período constituído por três orações. A última oração liga-se à segunda por meio da conjunção “ou”. Marque a alternativa que apresenta a ideia que essa conjunção estabelece entre as demais orações:

- A () conformidade.
- B () alternância.
- C () oposição.
- D () conclusão.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 11

Sabendo que $4^x + 4^{-x} = 5$ então $2 \cdot (16^x + 16^{-x})$ é igual a?

- A () 13.
- B () 23.
- C () 46.
- D () 56.

QUESTÃO 12

A fração $156/455$ é equivalente a fração irredutível A/B , qual é o valor de $B - A$?

- A () 23.
- B () 13.
- C () 17.
- D () 19.

QUESTÃO 13

Considere a equação $9x^2 - Ax + 20 = 0$, se a soma dos inversos das raízes é $63/20$, então A é um número múltiplo de?

- A () 5.
- B () 6.
- C () 9.
- D () 11.

QUESTÃO 14

Se a média geométrica e aritmética de três números são iguais, sabendo que o produto desses três números é 216, qual o valor de sua soma?

- A () 5.
- B () 15.
- C () 18.
- D () 21.

QUESTÃO 15

Qual o valor aplicado hoje para se obter o montante de R\$ 1.320.000,00, daqui a 8 meses, a uma taxa de juros simples de 4% ao mês?

- A () 132.000.
- B () 100.000.
- C () 1.320.000.
- D () 1.000.000.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 16

A Lei Orgânica do Município é a norma fundamental que organiza a vida política, administrativa e jurídica de cada município brasileiro. Funciona como uma espécie de “constituição municipal”

A Lei Orgânica do Município de Catalão reconhece funções comuns entre Município, Estado e União.

- I. Proteger o meio ambiente e combater a poluição é competência comum.
- II. A proteção de documentos culturais é competência exclusivamente municipal.
- III. Combater a pobreza e integrar socialmente setores desfavorecidos é competência comum.
- IV. Cuidar da saúde e assistência pública é competência comum.

Marque a alternativa que contém a sequência correta, considerando a veracidade (V) ou falsidade (F) das afirmações acima.

- A () V - F - V - F.
- B () F - V - F - V.
- C () V - F - V - V.
- D () F - F - V - V.

QUESTÃO 17

O Estatuto dos servidores do município disciplina, entre outros temas, as regras de férias.

Qual das afirmações a seguir está correta?

- A () O servidor faz jus a 30 dias consecutivos de férias anuais, não acumuláveis em dois períodos.
- B () O servidor pode acumular livremente férias por cinco anos.
- C () O servidor não tem direito a acréscimo de 1/3 na remuneração das férias.
- D () Não existe exigência de período aquisitivo para o primeiro gozo.

QUESTÃO 18

Em relação à história de Goiás, julgue as afirmações a seguir:

- I. A Cidade de Goiás é reconhecida por seu patrimônio histórico e cultural.
- II. Manifestações culturais goianas têm relação com heranças indígenas, africanas e europeias.
- III. O patrimônio cultural do Estado de Goiás é exclusivamente barroco e não possui vínculos coloniais.
- IV. A preservação do patrimônio é tema associado à memória social e identidade regional.

Marque a alternativa que contém a sequência correta, considerando a veracidade (V) ou falsidade (F) das afirmações acima.

- A () V - F - V - F.
- B () V - V - F - V.
- C () V - F - F - V.
- D () V - V - V - V.

QUESTÃO 19

Considerando as informações disponíveis na página oficial do município, na Internet, www.catalao.go.gov.br, especialmente, no trecho em que a Prefeitura menciona a bandeira comandada por Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera), analise as afirmações a seguir:

- I. O texto cita a travessia do Rio Paranaíba pela bandeira de Anhanguera.
- II. A bandeira abriu o Porto Velho, apontado como atual Porto do Lalau.
- III. Segundo o texto, Anhanguera deixou uma base de apoio e plantações em Catalão antes de seguir para a região onde fundou a cidade de Goiás, em 1722.
- IV. O texto relata que foi deixado um barco na margem direita do Ribeirão Ouvidor.

Marque a alternativa que contém a sequência correta, considerando a veracidade (V) ou falsidade (F) das afirmações acima.

- A () V - V - V - F.
- B () F - V - F - V.
- C () V - V - F - V.
- D () V - V - V - V.

QUESTÃO 20

Leia as afirmações a seguir, considerando o Panorama do IBGE sobre o município de Catalão, encontrado em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama>:

I. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é menor do que a de todos os municípios da região geográfica imediata.

II. As internações pelo SUS, devido a diarreias são de 51,3 para cada 1.000 habitantes.

III. No que diz respeito aos índices dos itens I e II, comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 140 de 246 e 92 de 246, respectivamente.

IV. O município apresenta um índice maior do que 15 óbitos por mil nascidos vivos.

Considerando os dados de saúde, qual(is) da(s) afirmação(ões) está(ão) correta(s)?

A () I e II.

B () II, apenas.

C () I, II e III.

D () III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 21

O município de Catalão adota o modelo da reavaliação para a classe “edifícios operacionais”, nos termos da NBC TSP 07. Em determinado exercício, laudo técnico atesta que o valor justo da classe é superior ao valor contábil registrado, resultando em aumento líquido de R\$ 800.000,00. Não há qualquer decréscimo de reavaliação anterior dessa classe reconhecido no resultado dos exercícios precedentes. Desta forma, o Controlador Auditor deve verificar se o município registrou corretamente esse aumento da seguinte forma:

- A () Registro diretamente na conta de reserva de reavaliação, no patrimônio líquido.
- B () Reconhecimento como variação patrimonial aumentativa (receita) no resultado do exercício corrente.
- C () Amortização do aumento ao longo da vida útil remanescente dos edifícios, em contrapartida ao resultado.
- D () Reconhecimento como variação patrimonial aumentativa apenas na proporção da depreciação acumulada eliminada na data da reavaliação.

QUESTÃO 22

Ao analisar as demonstrações contábeis do município, o Controlador Auditor verifica que o Balanço Patrimonial registra, no ativo circulante, estoques de materiais de construção no valor de R\$ 2.400.000,00, parcialmente vinculados como garantia de um financiamento contratado junto a instituição financeira federal, no valor de R\$ 900.000,00. As notas explicativas não fazem qualquer menção a essa vinculação. De acordo com a NBC TSP 04, o Controlador deve concluir que:

- A () Não há irregularidade, pois a vinculação de estoques como garantia de passivos é uma informação gerencial interna contabilizada no Subsistema de Controle, dispensada de divulgação nas demonstrações contábeis.
- B () A irregularidade consiste no registro dos estoques vinculados no ativo circulante, que deveriam ser reclassificados para o ativo não circulante em razão da restrição imposta pela garantia. A divulgação é facultada para municípios com até 50.000 habitantes.
- C () As demonstrações contábeis estão incompletas, pois a NBC TSP 04 exige a divulgação, em notas explicativas, do valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.

- D () A irregularidade é a ausência de redução do valor contabilizado dos estoques ao valor realizável líquido, uma vez que a vinculação como garantia compromete sua disponibilidade para uso na prestação dos serviços públicos e a ausência da divulgação em notas explicativas.

QUESTÃO 23

Na auditoria operacional de obras públicas, a comparação entre o custo unitário pago pelo município e o referencial de preços do SINAPI tem como objetivo verificar a dimensão de:

- A () Economicidade.
- B () Eficiência.
- C () Eficácia.
- D () Conformidade legal.

QUESTÃO 24

Para a contratação de serviços de revisão em veículos novos adquiridos pela Prefeitura a fim de manter a garantia do fabricante, a contratação deve ser realizada pela modalidade:

- A () Validar o procedimento, pois o pregão é modalidade admissível para serviços de manutenção de veículos, sendo a escolha da modalidade discricionária do gestor.
- B () Recomendar a anulação do certame e a abertura de processo de inexigibilidade de licitação, registrando no relatório de auditoria que a modalidade é incompatível com o objeto.
- C () Recomendar a conversão do pregão em dispensa de licitação, por se tratar de serviços necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica.
- D () Aguardar a conclusão do certame e, caso nenhum licitante apresente proposta válida, declarar a inexigibilidade de licitação com base no resultado do pregão deserto.

QUESTÃO 25

Ao revisar as demonstrações contábeis do município de Catalão, o Controlador Auditor identifica que o ente mantém dois ativos financeiros registrados no Balanço Patrimonial: (i) Títulos do Tesouro Nacional (LTN) com vencimento em 36 meses, adquiridos com a intenção declarada de mantê-los até o resgate para receber os fluxos de caixa contratuais, registrados pelo valor de face de R\$ 2.500.000,00 — sem apropriação de juros pelo método dos juros efetivos no exercício; e (ii) Cotas de fundo de investimento em renda variável, registradas pelo custo de aquisição de R\$ 800.000,00, cujo valor de mercado na data do balanço é de R\$ 650.000,00 — sem qualquer ajuste contábil. De acordo com a NBC TSP 31 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, o Controlador deve concluir que:

- A () Ambos os ativos estão corretamente mensurados: a NBC TSP 31 autoriza o registro de ativos financeiros mantidos até o vencimento pelo valor de face, e pelo custo histórico quando não houver intenção de negociação imediata.
- B () Apenas as LTN estão incorretamente mensuradas; como foram adquiridas para receber os fluxos de caixa contratuais e atendem ao critério SPPI, o método aplicável é o custo amortizado com apropriação dos rendimentos pelo método dos juros efetivos — e não o simples registro pelo valor de face sem atualização financeira.
- C () Apenas as cotas do fundo estão incorretamente mensuradas; por não apresentarem fluxos de caixa contratuais que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros, devem ser mensuradas pelo valor justo, com reconhecimento do ajuste negativo de R\$ 150.000,00 no resultado do exercício.
- D () Ambos os ativos estão incorretamente mensurados, cada um por razão distinta: as LTN deveriam ser registradas pelo custo amortizado com apropriação dos rendimentos pelo método dos juros efetivos — e não pelo valor de face sem atualização; e as cotas do fundo deveriam ser mensuradas pelo valor justo, com reconhecimento do ajuste negativo de R\$ 150.000,00 no resultado, por não atenderem ao critério SPPI.

QUESTÃO 26

O Controlador Auditor verifica que o município, no terceiro quadrimestre, ultrapassou o limite prudencial de despesas com pessoal previsto na LRF. Qual a consequência imediata desse descumprimento?

- A () Suspensão das transferências voluntárias da União ao município.
- B () Vedação de concessão de vantagens, criação de cargos e contratações, salvo reposição de vacância.
- C () Intervenção estadual no município para controle das finanças.
- D () Obrigação de corte imediato de 20% das despesas com pessoal no exercício.

QUESTÃO 27

Ao analisar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), o Controlador identifica que o município não publicou o documento dentro do prazo legal. Essa omissão, nos termos da LRF:

- A () Implica automaticamente a intervenção do Estado no município.
- B () É sanada com publicação posterior, sem penalidades, se feita no mesmo exercício.
- C () Sujeita o gestor a notificação pelo Tribunal de Contas para apresentação de justificativas, ficando as sanções financeiras condicionadas ao resultado do julgamento da defesa.
- D () Sujeita o responsável a crime de responsabilidade e impede a obtenção de garantias.

QUESTÃO 28

Ao auditar as contas do Instituto de Previdência do Município, o Controlador Auditor identifica que em 2024 e 2025, a Prefeitura Municipal recolheu indevidamente as contribuições patronais ao RPPS. Em fevereiro de 2026, o município compensará os valores não repassados por termo de acordo de parcelamento. Avaliação atuarial realizada em janeiro de 2026 demonstra déficit atuarial. Desta forma o Controlador deve concluir que:

- A () O termo de acordo de parcelamento é irregular, pois a existência de déficit atuarial apurado na avaliação de janeiro de 2026 impede qualquer forma de compensação ou parcelamento das contribuições em atraso até a integral amortização do passivo.
- B () A avaliação atuarial supre qualquer irregularidade nos recolhimentos de 2024 e 2025, tornando desnecessário o termo de acordo de parcelamento e autorizando a compensação direta dos valores mediante registro contábil de ajuste.
- C () O parcelamento independe da avaliação atuarial, pois o déficit apurado é de responsabilidade exclusiva do conselho deliberativo do instituto, cabendo ao Controlador apenas verificar a regularidade formal do termo de acordo.
- D () O parcelamento é regular, desde que o termo de acordo assegure o equilíbrio financeiro e atuarial do regime e contemple o equacionamento do déficit apurado.

QUESTÃO 29

O Controlador Auditor identifica irregularidade grave em auditoria e elabora relatório com a respectiva recomendação. O gestor não adota as providências no prazo. Qual a conduta correta do Controlador?

- A () Na ocorrência o Controlador deve resguardar-se, constituindo evidências e impacto estimado ao erário.
- B () Comunicar o fato ao Tribunal de Contas, respondendo solidariamente caso não o faça.
- C () Aguardar o encerramento do exercício para incluir a situação em notas explicativas e adotando as divulgações necessárias emanadas pela respectiva NBC TA.
- D () Atender aos ditames da LRF e comunicar o fato imediatamente ao Presidente da Câmara Municipal, que instaurará Comissão Especial de Inquérito para apuração da irregularidade e responsabilização do gestor.

QUESTÃO 30

A Tomada de Contas Especial (TCE) é um procedimento administrativo utilizado para apurar danos causados à administração pública, permitindo identificar os responsáveis, quantificar o prejuízo e obter o devido ressarcimento. A TCE instaurada pela autoridade administrativa competente do órgão ou entidade deve ser encaminhada ao Tribunal de Contas quando:

- A () O valor de alçada for igual ou superior ao valor fixado pelo Tribunal de Contas, não sendo aplicado como limite mínimo para imputação de sanções.
- B () O processo administrativo interno não conseguir identificar o responsável.
- C () Independente do valor de alçada, a TCE deve ser encaminhada ao Tribunal de Contas para que este avalie a materialidade e o impacto social.
- D () Decorrido o prazo de cinco anos de seu rito normal e o processo não estiver concluído.

QUESTÃO 31

O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito pode ser rejeitado pela Câmara Municipal. Qual o quórum exigido para essa rejeição?

- A () Maioria simples dos presentes.
- B () Maioria absoluta dos membros da Câmara.
- C () Dois terços dos membros da Câmara.
- D () Três quintos dos membros da Câmara.

QUESTÃO 32

O Controlador Auditor, ao planejar uma auditoria, decide concentrar os trabalhos nos itens de maior valor financeiro e nos processos com histórico de irregularidades. Esse critério de seleção é denominado:

- A () Amostragem estratificada.
- B () Análise de risco e materialidade.
- C () Mapeamento de processos críticos.
- D () Planejamento baseado em conformidade.

QUESTÃO 33

Em um julgamento de inspeção realizado em um determinado município, o Tribunal de Contas identificou o não funcionamento do sistema de controle interno municipal e a omissão do Controlador Interno, que foi responsabilizado solidariamente com a ex-Secretária de Educação e o ex-Prefeito pelas irregularidades apuradas — entre elas, a ausência de controle na execução de contratos de fornecimento de carteiras escolares. Em sua defesa, o Controlador alegou que sua posição de subordinação hierárquica ao Prefeito tornava inexigível conduta diversa da que adotou. Assinale a alternativa que descreve corretamente o alcance da independência funcional do Controlador Auditor:

- A () A independência funcional do Controlador é absoluta e o isenta de qualquer responsabilidade solidária perante o Tribunal de Contas, mesmo nos casos de omissão no dever de comunicar irregularidades, por se tratar de agente auxiliar sem poder de decisão sobre a gestão dos recursos públicos.
- B () A independência funcional do Controlador significa que ele não se submete a ordens do Prefeito quando estas implicarem omissão ou acobertamento de irregularidades, sendo-lhe exigível — sob pena de responsabilidade solidária — que adote as providências previstas na Constituição Federal, independentemente de instrução ou concordância do gestor.
- C () A subordinação hierárquica do Controlador ao Prefeito configura obediência hierárquica em relação de direito público, o que exclui a culpabilidade do Controlador que deixa de comunicar irregularidades ao Tribunal de Contas por determinação expressa do superior, desde que a ordem não seja manifestamente ilegal.
- D () A responsabilidade solidária do Controlador perante o Tribunal de Contas somente se configura quando ele efetivamente participou da prática do ato irregular, não sendo suficiente para sua responsabilização a mera omissão no dever de comunicar, tendo em vista que a Constituição Federal reserva ao gestor — e não ao Controlador — o papel de responsável principal pelas contas municipais.

QUESTÃO 34

O agente público que, no exercício de cargo de controle interno, atestar irregularmente despesas com dano ao erário pode ser responsabilizado nas esferas:

- A () Administrativa, civil e penal, de forma independente e cumulativa.
- B () Civil e administrativa, em razão da imunidade funcional do controlador.
- C () Administrativa, pois a responsabilidade penal exige dolo específico comprovado em juízo.
- D () Exclusivamente civil, respondendo pelo dano mediante ressarcimento ao erário.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa correta sobre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF):

- A () O RGF deve ser elaborado e publicado semestralmente, no prazo de até 60 dias após o encerramento de cada semestre, sendo obrigatório apenas para o Poder Executivo federal, estadual e municipal.
- B () O RGF deve ser assinado exclusivamente pelo Chefe do Poder Executivo, sendo vedada a participação das autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno.
- C () Os órgãos autônomos como a Defensoria Pública estão integralmente dispensados da elaboração do RGF, por não possuírem limites de despesa com pessoal fixados expressamente na LRF.
- D () O descumprimento do prazo de publicação do RGF impede o ente da Federação de receber transferências voluntárias e de contratar operações de crédito, ressalvadas aquelas destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, até que a situação seja regularizada.

QUESTÃO 36

Um determinado acórdão do TCU resultou de fiscalização sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni). Como resultado, identificou-se ausência de objetivos e metas para processos-chave, além da não apuração de indicadores de resultado, e constatou-se ausência de avaliação de efetividade dos programas por parte do governo federal.

O tipo de auditoria cujo objetivo é avaliar o desenho, a implementação e o impacto das políticas públicas, segundo os princípios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade é:

- A () Auditoria operacional.
- B () Auditoria de conformidade.
- C () Auditoria financeira.
- D () Auditoria contábil.

QUESTÃO 37

O Tribunal de Contas da União, ao analisar o Relatório sobre as Contas do Governo da República, identificou a ausência de evidência contábil de provisões e passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais contra a União, no montante superior a R\$ 700 bilhões. De acordo com os auditores, havia informações suficientes para sua mensuração, cabendo aos órgãos setoriais efetuar o reconhecimento nas demonstrações contábeis. Acerca da escrituração e divulgação de passivos contingentes no setor público, assinale a alternativa correta:

- A () Reconhecimento como passivo contingente no balanço patrimonial, com divulgação obrigatória em notas explicativas.
- B () Reconhecimento como provisão no balanço patrimonial, em contrapartida a uma variação patrimonial diminutiva, com divulgação complementar em notas explicativas.
- C () Não reconhecimento nas demonstrações contábeis e não divulgação em notas explicativas, por se tratar de obrigação cujo desfecho depende de decisão judicial futura.
- D () Registro exclusivamente no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, dispensando tanto o reconhecimento nas contas patrimoniais quanto a divulgação em notas explicativas, por se tratar de risco fiscal de natureza judicial.

QUESTÃO 38

Ao realizar fiscalização nas contas de Município com população superior a cinquenta mil habitantes, o Tribunal de Contas identificou que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) referente ao quarto bimestre do exercício havia sido publicado no prazo legal, porém sem o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, que integra obrigatoriamente a composição do relatório. O gestor responsável alegou que a ausência de um único demonstrativo não configuraria descumprimento integral da obrigação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, tampouco ensejaria as sanções institucionais previstas na norma.

Em relação a ausência de entrega do demonstrativo e respectivas sanções, assinale a alternativa correta:

- A () A alegação do gestor procede parcialmente, pois as sanções institucionais previstas na LRF somente se aplicam quando o RREO deixar de ser publicado integralmente; a ausência de demonstrativo isolado sujeita o gestor apenas à multa pessoal aplicada pelo Tribunal de Contas, sem restrição ao recebimento de transferências voluntárias.

- B () A ausência do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida no RREO publicado configura irregularidade exclusivamente formal, sujeita apenas à recomendação do Tribunal de Contas para saneamento em período futuro, sem aplicação imediata das sanções institucionais previstas na LRF.
- C () A publicação do RREO sem a totalidade dos demonstrativos exigidos equivale ao descumprimento das exigências de composição previstas na LRF, sujeitando o ente federativo à vedação de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, até regularização.
- D () A ausência do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida no RREO do quarto bimestre não gera qualquer consequência fiscal imediata, uma vez que esse demonstrativo é exigido apenas no RREO referente ao último bimestre do exercício, quando também devem ser incluídos os demonstrativos de projeções atuariais e variação patrimonial.

QUESTÃO 39

Durante trabalho de auditoria interna realizado em órgão público municipal, o Auditor Interno responsável identificou, nos papéis de trabalho, informações sensíveis sobre contratos firmados pelo ente que configuravam indícios de irregularidade. Instado a compartilhar essas informações com o Ministério Público Estadual, que solicitou os dados no âmbito de investigação criminal em curso, o auditor alegou dever absoluto de sigilo profissional, recusando-se a qualquer forma de divulgação. Com base no Código de Ética Profissional, a conduta do auditor está:

- A () Correta, pois o princípio da confidencialidade impõe ao auditor interno dever absoluto de não divulgar informações obtidas no exercício profissional.
- B () Correta apenas quanto às informações registradas nos papéis de trabalho, pois o Código de Ética veda a divulgação de documentos de trabalho a qualquer terceiro, mas admite que o auditor informe verbalmente às autoridades investigativas a existência de indícios de irregularidade, sem revelar o conteúdo dos registros.
- C () Incorreta, pois o Código de Ética estabelece que o princípio da confidencialidade não impede a divulgação quando há autorização legal ou obrigação profissional de fazê-lo, hipótese em que o auditor não pode opor sigilo absoluto.
- D () Incorreta, pois o Código de Ética não prevê qualquer dever de confidencialidade para o auditor interno do setor público, uma vez que a transparência e a publicidade dos atos governamentais afastam integralmente o sigilo sobre informações obtidas em fiscalizações realizadas em órgãos públicos.

QUESTÃO 40

Determinado município recebeu, no exercício anterior, determinação do Tribunal de Contas para regularizar o sistema de controle de contratos, com fixação de prazo de 90 dias. O Controlador Interno do município, ao realizar o monitoramento periódico das deliberações, verificou, no prazo legal, que a gestão municipal não havia adotado nenhuma das providências exigidas no acórdão. Ainda assim, optou por não comunicar formalmente a omissão, aguardando a elaboração do próximo Relatório de Gestão para registrar o descumprimento. Com base normas aplicáveis ao controle interno, a conduta do Controlador Interno está:

- A () Correta, pois o dever de comunicação ao Tribunal de Contas somente se impõe quando a irregularidade envolver dano ao erário previamente apurado e quantificado, não sendo obrigatória a comunicação imediata em caso de mero descumprimento formal de determinação, desde que o fato seja registrado no relatório de gestão do exercício seguinte.
- B () Correta, pois a competência de acompanhamento do cumprimento de determinações e recomendações dos Tribunais de Contas é exclusiva do próprio TC, que dispõe de instrumentos próprios de monitoramento, cabendo ao controle interno apenas apoiar as fiscalizações quando expressamente instado pelo órgão de controle externo.
- C () Incorreta, pois é imposto ao responsável pelo controle interno o dever de dar ciência ao Tribunal de Contas ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária — dever que abrange o descumprimento de determinações do TC e que não admite diferimento para relatório periódico futuro.
- D () Incorreta apenas se a determinação descumprida tiver sido expedida em processo de tomada de contas especial, hipótese em que a omissão do controlador gera responsabilidade solidária; nos demais casos, o diferimento do registro para o relatório de gestão seguinte não configura irregularidade funcional.

RASCUNHO DO CARTÃO-RESPOSTA
O preenchimento deste rascunho não é obrigatório.

NÃO DESTAQUE ESTE RASCUNHO!

LÍNGUA PORTUGUESA	01	02	03	04	05
	06	07	08	09	10
MATEMÁTICA	11	12	13	14	15
CONHECIMENTOS GERAIS	16	17	18	19	20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	21	22	23	24	25
	26	27	28	29	30
	31	32	33	34	35
	36	37	38	39	40

Este rascunho não tem valor legal. Transcreva as respostas no Cartão-Resposta Personalizado.